

Mecanismo de Ressarcimento de Prejuízos

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2024 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores do
Mecanismo de Ressarcimento de Prejuízos

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Mecanismo de Ressarcimento de Prejuízos (“MRP”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Mecanismo de Ressarcimento de Prejuízos em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000) e às entidades sem a finalidade de lucros (ITG 2002 R1).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao MRP, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000) e às entidades sem a finalidade de lucros (ITG 2002 R1), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o MRP continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar o MRP ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about

A Deloitte fornece serviços de auditoria e asseguração, consultoria tributária, consultoria empresarial, assessoria financeira e consultoria em gestão de riscos para quase 90% das organizações da lista da Fortune Global 500® e milhares de outras empresas. Nossas pessoas proporcionam resultados mensuráveis e duradouros para ajudar a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir aos clientes transformar e prosperar, e lideram o caminho para uma economia mais forte, uma sociedade mais equitativa e um mundo sustentável. Com base nos seus mais de 175 anos de história, a Deloitte abrange mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 457 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo causam um impacto importante em www.deloitte.com.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do MRP.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do MRP. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o MRP a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 19 de março de 2025

Deloitte Touche Tohmatsu
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Rafael dos S. Scatena.
Rafael dos Santos Scatena
Contador
CRC nº 1 SP 262264/O-9

Mecanismo de Ressarcimento de Prejuízos - MRP

Balço patrimonial
em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

Ativo	Notas	2024	2023	Passivo	Notas	2024	2023
Circulante		67.908	5.550	Circulante		9.912	10.352
Disponibilidades		14	35	Fornecedores		207	267
Aplicações financeiras	4	67.870	5.479	Imposto de renda sobre aplicações financeiras		7.284	9.905
Outros créditos	5	24	36	Impostos e contribuições a recolher		9	63
				Outras obrigações		2.412	117
Não circulante		384.223	403.433	Não circulante		2.113	1.105
Aplicações financeiras	4	382.215	401.559	Provisão para contingências	6(b)	2.113	1.105
Depósito judicial	6(a)	2.008	1.874				
				Patrimônio líquido		440.106	397.526
				Patrimônio social	7	440.106	397.526
Total do ativo		452.131	408.983	Total do passivo e patrimônio líquido		452.131	408.983

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Mecanismo de Ressarcimento de Prejuízos - MRP

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	<u>Notas</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Receitas		15.060	118
Contribuição das sociedades corretoras	8(a)	28	110
Outras receitas operacionais		-	8
Recuperação de valores de liquidação judicial	8(b)	15.032	-
Despesas		(10.248)	(9.752)
Taxa de administração	9	(7.481)	(9.061)
Provisão para contingência	6(b)	(956)	-
Serviços de terceiros		(798)	(460)
Processamento de dados		(771)	(222)
Perdas com processos	10	(242)	(9)
Resultado financeiro	11	37.768	32.416
Receitas financeiras		43.666	42.141
Despesas financeiras		(5.898)	(9.725)
Superávit dos exercícios		42.580	22.782

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Mecanismo de Ressarcimento de Prejuízos - MRP

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Superávit dos exercícios	<u>42.580</u>	<u>22.782</u>
Outros resultados abrangentes	-	-
Superávit abrangente dos exercícios	<u><u>42.580</u></u>	<u><u>22.782</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Mecanismo de Ressarcimento de Prejuízos - MRP

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

	<u>Nota</u>	<u>Patrimônio social</u>	<u>Superávit</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2022		374.744	-	374.744
Superávit do exercício		-	22.782	22.782
Incorporação do superávit ao patrimônio social		22.782	(22.782)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	7	397.526	-	397.526
Superávit do exercício		-	42.580	42.580
Incorporação do superávit ao patrimônio social		42.580	(42.580)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	7	440.106	-	440.106

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Mecanismo de Ressarcimento de Prejuízos - MRP

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

	Notas	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Superávit dos exercícios		42.580	22.782
Ajustes por:			
Receita de ativos financeiros		(44.568)	(29.471)
Imposto de renda sobre aplicações financeiras		(2.621)	6.474
Atualização/constituição de provisão para contingências	6(b)	1.008	48
Atualização de depósito judicial	6(a)	(134)	(139)
Déficit dos exercícios ajustados		(3.735)	(306)
Redução (aumento) de ativos			
Aplicações financeiras		27.856	(13.752)
Outros créditos		12	(36)
Aumento (redução) de passivos			
Fornecedores		(60)	267
Impostos e contribuições a recolher		(54)	-
Outras obrigações		2.295	15
Caixa líquido proveniente/(utilizado) das atividades operacionais		26.314	(13.812)
Atividades de investimento			
Aplicação/(resgate) de ativos financeiros		(41.331)	-
Recebimento de cupons		14.996	13.836
Caixa líquido proveniente/(utilizado) das atividades de investimento		(26.335)	13.836
(Redução)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		(21)	24
Caixa e equivalentes de caixa no início dos exercícios		35	11
Caixa e equivalentes de caixa no final dos exercícios		14	35

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Mecanismo de Ressarcimento de Prejuízos

Notas explicativas às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

A Resolução CVM 135/2022 determina, em seu artigo 124, que a Entidade Administradora de Mercado Organizado de Bolsa mantenha um Mecanismo de Ressarcimento de Prejuízos (MRP), cuja finalidade exclusiva é assegurar aos investidores do mercado de valores mobiliários de bolsa da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (B3) o ressarcimento de prejuízos decorrentes da ação ou omissão de pessoa autorizada a operar, ou de seus administradores, empregados ou prepostos, em relação à intermediação de negociações realizadas ou aos serviços de custódia, especialmente nas hipóteses previstas na Resolução. Além disso, o MRP também cobre prejuízos decorrentes da intervenção ou decretação da liquidação extrajudicial de Participante pelo Banco Central do Brasil. Nesse caso, é assegurado o ressarcimento do saldo em conta corrente no encerramento do dia útil anterior à decretação da liquidação extrajudicial, desde que proveniente de operações realizadas no mercado de bolsa.

Para atendimento do regramento estabelecido, foi criado o fundo do MRP que consiste em uma comunhão de recursos em que os participantes dos mercados da B3 contribuem mensalmente com valores. Assim, o fundo do MRP é um patrimônio de afetação administrado pela BSM Supervisão de Mercados (BSM), entidade que exerce atividade de autorregulação dos mercados organizados de valores mobiliários da B3.

O patrimônio do MRP deve possuir escrituração contábil segregada da escrituração das operações da B3 e da BSM. Estas, por sua vez, não são responsáveis pelo pagamento das indenizações em caso de exaustão dos recursos do MRP.

O MRP possui, dentre outras características: (i) critérios para a formação do seu patrimônio; (ii) critérios de rateio em caso de insuficiência do seu patrimônio; (iii) valor máximo de patrimônio; e (iv) limite de ressarcimento de R\$200 mil por ocorrência.

A BSM faz jus a uma taxa de custeio pela administração do MRP, de forma a se ressarcir das despesas essenciais ao funcionamento do MRP. Em 2021, a metodologia utilizada para calcular a remuneração da BSM foi alterada, sendo que o ressarcimento para a BSM será equivalente às despesas apuradas no período anual que antecedeu a cobrança, seguindo o modelo de “custo baseado em atividades”, conforme aprovação da governança.

As presentes demonstrações financeiras do MRP foram aprovadas pelo Diretor de Autorregulação da BSM, em 19 de março de 2025.

2. Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na ITG 2002 (R1) – Entidades sem finalidades de lucros, aprovada na Resolução CFC 1.409/2012 e pela NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, para aspectos não abordados pela ITG 2002 – Entidades sem finalidade de lucros.

Mecanismo de Ressarcimento de Prejuízos

Notas explicativas às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com o NBC TG 1000 (R1) requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte do MRP no processo de aplicação das políticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3(g).

a. Moeda funcional

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional do MRP.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a. Disponibilidades

Os saldos de disponibilidades para fins de demonstrações dos fluxos de caixa incluem dinheiro em espécie e depósitos bancários, sendo que para fins de demonstrações dos fluxos de caixa são tratados como caixa e equivalentes de caixa.

b. Instrumentos financeiros

O MRP classifica e mensura seus ativos financeiros no momento inicial, de acordo com seu modelo de negócio e dos fluxos contratuais. As classificações são as seguintes:

Valor justo por meio do resultado: São ativos financeiros designados pelo MRP, no reconhecimento inicial. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo desses instrumentos financeiros são apresentados na demonstração do resultado em "resultado financeiro" no período em que ocorrem.

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de mercado.

Custo amortizado: São os ativos financeiros designados pelo MRP nessa categoria cuja finalidade do modelo de negócios seja manter os ativos para recebimento dos fluxos de caixa contratuais em datas específicas (principal e juros).

Mecanismo de Ressarcimento de Prejuízos

Notas explicativas às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

(i) Recebíveis

Incluem-se nessa categoria, ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os outros créditos do MRP compreendem as contas a receber de corretoras relativas às contribuições e ressarcimentos. Os recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

(ii) Provisão para perdas em ativos financeiros

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra.

O MRP avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável (*impairment*).

c. Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no CPC 25 PME (R1):

(i) Ativos contingentes – não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação, não cabendo sobre eles mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras;

(ii) Passivos contingentes – são constituídos levando em conta: a opinião dos assessores jurídicos; a natureza das ações; a similaridade com processos anteriores; e, no posicionamento de tribunais, sempre que a perda é avaliada como provável, o que ocasionaria a provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos são mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados nas notas explicativas, e os classificados como remotos não são provisionados nem divulgados;

d. Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são vinculados a processos judiciais de natureza cível e são atualizados monetariamente e apresentados no ativo não circulante.

Mecanismo de Ressarcimento de Prejuízos

Notas explicativas às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

e. Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pelas contribuições do curso normal das atividades do MRP, representados essencialmente pelas contribuições efetuadas pelas sociedades corretoras (Nota 8).

f. Imposto sobre aplicações financeiras

As associações sem fins lucrativos que desenvolvam as atividades para as quais foram constituídas são isentas do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, nos termos do art. 15 da Lei 9.532/1997.

As aplicações financeiras mantidas pelo MRP estão sujeitas a tributação de imposto de renda com a alíquota entre 15% e 22,5% e COFINS com a alíquota de 4%. Para as aplicações financeiras classificadas na categoria “mensurados ao valor justo por meio do resultado”, o imposto de renda é registrado no grupo “imposto de renda sobre aplicações financeiras”.

Até outubro de 2024, o COFINS era registrado no grupo de “impostos e contribuições a recolher” em contrapartida ao resultado. Em novembro de 2024, o MRP obteve uma liminar para não tributação do COFINS sobre as receitas financeiras (Nota 6(b)).

g. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas contábeis relevantes e o exercício de julgamento no processo de aplicação das políticas contábeis que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas do MRP. Determinadas premissas e estimativas foram adotadas em decorrência de experiências históricas e outros fatores considerados como relevantes. Os resultados reais em exercícios futuros poderão divergir dos estimados em decorrência de variáveis, estimativas ou condições diferentes daquelas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras. As estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua e reconhecidas prospectivamente.

Aquelas premissas que requerem maior nível de julgamento, possuem maior complexidade e são significativas para as demonstrações financeiras, são:

(i) Provisões para contingências

O MRP revisa periodicamente suas contingências nos termos das diretrizes de avaliação de contingências do MRP, que também leva em consideração a análise dos escritórios externos responsáveis pela demanda. A classificação da probabilidade de perda e os valores estimados podem divergir dos valores efetivamente realizados em decorrência de fatores externos não controláveis pelo MRP.

Mecanismo de Ressarcimento de Prejuízos

Notas explicativas às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

4. Aplicações financeiras

Descrição	Até 12 meses	Acima de 12 meses	2024	2023
Mensurados a valor justo por meio do resultado				
Letras Financeiras do Tesouro	67.870	83.733	151.603	162.921
	67.870	83.733	151.603	162.921
Mensurados a custo amortizado				
Notas do Tesouro Nacional	-	298.482	298.482	244.117
	-	298.482	298.482	244.117
Total	67.870	382.215	450.085	407.038

Títulos públicos federais - são valorizados de acordo com os valores e preços divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais – ANBIMA e encontram-se custodiados no Selic. Os saldos estão distribuídos de acordo com o instrumento financeiro e vencimento. As apropriações na curva para a mensuração contábil a custo amortizado consideram a apropriação da taxa de aquisição do título até seu vencimento.

Política de gestão de riscos financeiros

O MRP possui sua própria política de aplicação do saldo em caixa que privilegia alternativas de baixo risco. Dessa forma, as aplicações financeiras estão basicamente representadas por ativos financeiros conservadores, de alta liquidez e risco soberano, cuja rentabilidade está atrelada à taxa Selic e IPCA.

Análise de sensibilidade

Os impactos de uma variação de 25% a 50% sob o cenário provável da taxa Selic para os próximos três meses estão representados a seguir:

Exposição aos Fatores de Risco					
Fator de Risco	Risco	2024		2023	
		Percentual	Valor	Percentual	Valor
Juros Pós-Fixados	Queda da Selic	33,68%	151.603	40,03%	162.921
Inflação	Queda da Inflação	66,32%	298.482	59,97%	244.117

Mecanismo de Ressarcimento de Prejuízos

Notas explicativas às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

Fator de risco	Impacto				
	-50%	-25%	Cenário Provável (*)	+25%	+50%
Selic	2.435	3.610	4.759	5.883	6.984
Taxa Selic	6,58%	9,87%	13,16%	16,45%	19,74%
Cupom de IPCA	2.307	3.442	4.563	5.672	6.769
Taxa Cupom de IPCA	3,13%	4,70%	6,26%	7,83%	9,39%

(*) Os indicadores Selic foram calculados com base na taxa de juros futura para três meses obtidos através da Bloomberg.

5. Outros créditos

	2024	2023
Operações cobertas pelo MRP a serem restituídas (1)	2.711	2.746
Taxa contribuição sobre operação de pregão	23	-
Provisão para perdas com operações cobertas pelo MRP a serem restituídas	(2.710)	(2.710)
Total	24	36

(1) Referem-se aos valores pagos pelo MRP a investidores que apresentaram reclamações julgadas procedentes ou parcialmente procedentes, e que ainda não foram reembolsados pelas sociedades corretoras responsáveis. A Administração do MRP, acompanhada pela opinião de seus assessores jurídicos externos, constitui provisão para perdas em função da existência (i) de processos judiciais que discutem o reembolso por parte das sociedades corretoras e (ii) de processos falimentares contra as sociedades corretoras.

6. Depósito judicial e provisão para contingências

a. Depósito judicial

Nos autos do processo judicial que discute o ressarcimento de prejuízos a investidores nos processos de Fundo de Garantia 06/84 e 01/85, foi realizado um depósito cautelar em juízo pela antiga Bovespa e sucedido pelo MRP para garantir o pagamento da totalidade desses ressarcimentos, cujo valor atualizado em 31 de dezembro de 2024 é de R\$2.008 (2023 – R\$1.874)

b. Provisão para contingências

Os processos judiciais são classificados, por probabilidade de perda, em provável, possível e remota, mediante avaliação da Administração do MRP e de seus consultores jurídicos, na qual se utilizam parâmetros como as decisões judiciais e o histórico de perdas em ações semelhantes.

Mecanismo de Ressarcimento de Prejuízos

Notas explicativas às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

Os processos judiciais cíveis com expectativa de perda provável estão registrados no montante de R\$1.157 (2023 - R\$1.105) e são relacionados, principalmente, a reclamações de investidores e clientes de sociedades corretoras visando ressarcimento de prejuízos decorrentes de falhas, inexecução ou infiel execução de ordens, uso inadequado de numerário, entre outras hipóteses.

Em dezembro de 2024, em decorrência de uma sentença proferida nos autos do processo que determinou a isenção do recolhimento do COFINS sobre as receitas financeiras, o MRP realizou a provisão no montante de R\$956.

A movimentação das provisões para contingências durante o exercício está apresentada a seguir:

	<u>Cíveis</u>	<u>Tributárias</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.057	-	1.057
Atualização monetária	48	-	48
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.105	-	1.105
Atualização monetária	52	-	52
Constituição de provisão	-	956	956
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.157	956	2.113

O valor total de perdas classificadas como possíveis, relacionados a processos cíveis de ações indenizatórias ajuizadas por supostos danos materiais e morais sofridos por investidores em operações administradas pela B3, em 31 de dezembro de 2024 é de R\$1.163 (2023 - R\$1.361).

7. Patrimônio social

O patrimônio social em 31 de dezembro de 2024 é de R\$440.106 (2023 - R\$397.526).

O déficit/superávit apurado anualmente é incorporado ao patrimônio social do MRP, sendo vedada a distribuição do superávit às suas associadas.

Mecanismo de Ressarcimento de Prejuízos

Notas explicativas às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

8. Receitas

a. Contribuições das sociedades corretoras

A contribuição mensal ao MRP será obtida pela aplicação de 0,0012% sobre o volume total negociado pelo Participante de Negociação Pleno (PNP) ou pelo Participante de Negociação (PN), com autorização de acesso para negociação em mercado de bolsa da B3, grupos Renda Variável e Derivativos, deduzido das operações com a carteira própria, quando de sua habilitação na B3. O valor das contribuições em 31 de dezembro de 2024 é de R\$28 (2023 – R\$110).

b. Recuperação de valores de liquidação judicial

Em dezembro de 2024, a BSM levantou o valor de R\$15.032 originado de multa aplicada em âmbito de processo administrativo e de valores devidos ao MRP para a recomposição de fundos destinados ao ressarcimento de investidores. Após a desconsideração da personalidade jurídica da corretora, os cumprimentos de sentença foram redirecionados para outra empresa, proprietária de um bem imóvel que foi penhora e levado à leilão para cumprimento da obrigação. O imóvel foi arrematado em outubro de 2024 e o valor total devido repassado ao MRP. O valor total devido ao MRP perfazia o montante de R\$18.890, e atualmente o processo permanece em andamento, com a continuidade do cumprimento de sentença para a recuperação dos valores remanescentes.

9. Taxa de administração

O Conselho de supervisão da BSM, aprovou, em 27 de maio de 2021, alterar a metodologia de custeio MRP, que deixa de ser vinculada a um percentual do patrimônio e passa a equivaler às despesas apuradas no período anual que antecedeu a cobrança, seguindo o modelo de “custo baseado em atividades”. O valor da taxa de administração em 31 de dezembro de 2024 é de R\$7.481 (2023 – R\$9.061) (Nota 12).

10. Perdas com processos

Os valores lançados diretamente no resultado do MRP, em sua maioria, decorrem de ressarcimentos realizados em processos administrativos a investidores. Alguns desses processos administrativos dizem respeito às corretoras em fase de liquidação extrajudicial ou falência. Nesses casos, o MRP será recomposto após apresentação de habilitação de créditos ao Liquidante Extrajudicial ou ao Administrador Judicial, observando-se, ainda, a legislação aplicável (Lei 6.024/1974 e Lei 11.101/2005). O valor de perda com processos em 31 de dezembro de 2024 é de R\$242 (2023 – R\$9).

Mecanismo de Ressarcimento de Prejuízos

Notas explicativas às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

11. Resultado financeiro

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Receitas financeiras		
Receita de ativos financeiros	44.568	43.307
Variações monetárias	134	139
(-) COFINS sobre receitas financeiras	<u>(1.036)</u>	<u>(1.305)</u>
	43.666	42.141
Despesas financeiras		
Imposto de renda sobre aplicações financeiras	(5.737)	(9.568)
Variações monetárias	(53)	(48)
Outras	<u>(108)</u>	<u>(109)</u>
	(5.898)	(9.725)
Resultado financeiro	<u>37.768</u>	<u>32.416</u>

12. Transações com partes relacionadas

	<u>2024</u>		<u>2023</u>	
	<u>Ativos</u> <u>(passivos)</u>	<u>Receitas</u> <u>(despesas)</u>	<u>Ativos</u> <u>(passivos)</u>	<u>Receitas</u> <u>(despesas)</u>
BSM				
Taxa de administração - BSM (Nota 9)	(2.286)	(7.481)	-	(9.061)
Repasse de despesas	23	-	-	-
B3				
Ressarcimento de despesas	(56)	(94)	(222)	(222)

* * *